

Alfabetização e educação de jovens e adultos

MARCO MACIEL

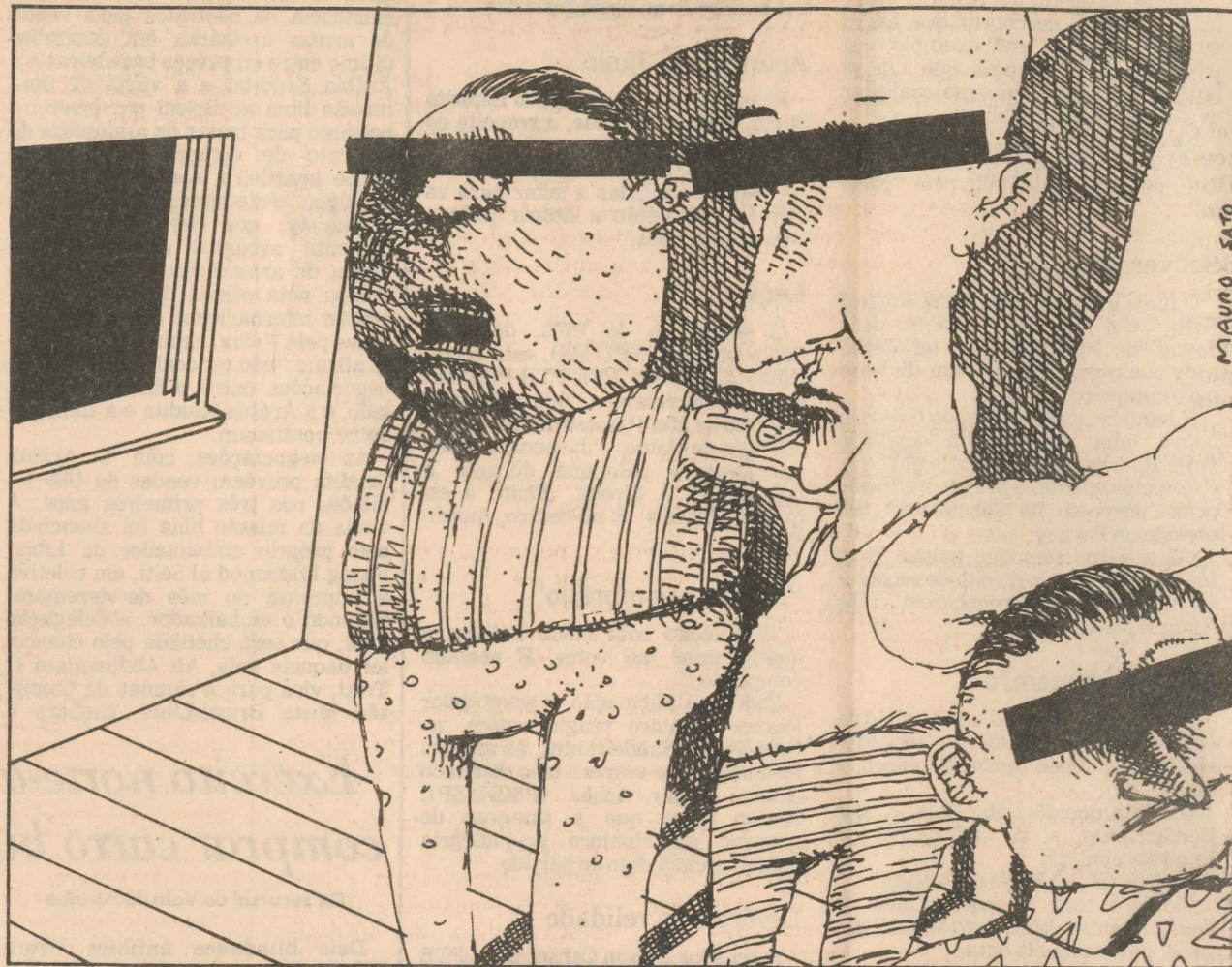
“O sentido de esforço alfabetizador dado pela articulação com o ensino básico supletivo.”

Ao assinar o decreto que transforma a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização em Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos —Educar—, o presidente José Sarney inicia um notável esforço no sentido de erradicar o analfabetismo em nosso país.

É certo que a alfabetização em si mesma pode não ser imprescindível à continuidade e desdobramento das formas de inserção dos iletrados na sociedade; mas é igualmente inegável que pode ela contribuir para que essa parcela da população veja abrirem-se diante de si insuspeitadas perspectivas e conquiste um novo patamar no que concerne à percepção de possibilidades que, em diversos campos de atividade, oferece o mundo de nossos dias. Como em recente declaração aos bispos brasileiros afirmou o papa João Paulo 2º, “não existe possibilidade de desenvolvimento, de integração social, nem de autêntica liberação, se não começar por eliminar o analfabetismo, dar instrução, educação de base, cultura”.

De fato, tornou-se consensual nas últimas décadas o entendimento de que os esforços de alfabetização só terão pleno sentido na medida em que estejam associados a um programa educativo através do qual os recém-alfabetizados possam assimilar, de forma sistemática, os conhecimentos que constituem o núcleo fundamental do ensino básico, evitando a regressão e elevando o domínio sobre o saber sistematizado. E isso é dado pela articulação imediata da ação alfabetizadora com o ensino básico supletivo, assegurando-lhe a possibilidade de continuação dos estudos através de programas que —analogamente aos de alfabetização— deverão atender as condições da população a que se destinam tendo em vista suas características de idade, experiência de vida ou cultura, observadas as especificidades regionais, tão extremamente relevantes e nem sempre devidamente consideradas em países como o Brasil.

Desta perspectiva é que se pode melhor sopesar a dramaticidade que encerra um quadro estatístico de cerca de vinte milhões de analfabetos na população de 15 anos e mais, além de outros tantos milhões de brasileiros expostos à regressão, ao analfabetismo. Aí está a expressão mais clara do malogro de uma política educaci-



onal que, por fatores de natureza várias, não exibiu a realização de esforços suficientes para um desenvolvimento pleno de nosso sistema básico de ensino. Não foram poucos os programas governamentais que se dedicaram à questão da alfabetização e educação de adultos; no entanto, por conhecidos motivos de caráter técnico e político, tais programas não lograram o êxito que deles se esperou. Daí estar o Brasil a exigir a adoção de imediatas ações que contribuam para uma rápida alfabetização de sua enorme população jovem e adulta.

A Fundação Educar surge como uma resposta a essa exigência. Desempenhará o seu papel em consonância com o princípio que baliza o desenvolvimento da ação do governo federal em estreita colaboração com os demais entes federativos, de sorte a alcançar progressivamente uma solução definitiva para a educação de

jovens e adultos nos sistemas regulares de ensino estaduais e municipais.

Um programa voltado para tais objetivos exige que se eleve a oferta de educação continuada para todas as faixas de contingente jovem adulto, como condição para o desenvolvimento educativo-cultural do país. Ações deverão, pois, ser realizadas associando os poderes públicos, em todos os níveis, e entidades da sociedade civil, incorporando as universidades e escolas de 2º grau, bem como as instituições dedicadas à educação através de rádio e televisão com recepção organizada, visando atender demandas da população adulta que transcendam o âmbito do ensino básico. O governo espera, pois, atuando em articulação com os Estados e municípios, contar com a colaboração de toda a sociedade, por intermédio de suas entidades representativas —igrejas, sindicatos, empresariado, órgãos estudantis, mor-

mente universitários que disponham de tempo e qualificação para contribuir nessa importante tarefa.

Ao instituir a Fundação Educar o governo José Sarney dispõe-se a desenvolver uma ação em profundidade: não meramente um movimento ou campanha, mas um verdadeiro programa, não apenas de alfabetização, mas de educação.

Por isso o governo da Nova República, ao iniciar no ano de 1986 esta jornada, espera que, por esse itinerário, teça uma política social fiel ao ideal democrático de assegurar a igualdade de oportunidades e a participação de todos na promoção e nos frutos do desenvolvimento.

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA MACIEL, 44, é ministro da Educação; foi deputado estadual, deputado federal, presidente da Câmara Federal, governador do Estado de Pernambuco (1979/1982) e senador da República (PFL-PE).